



Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 02/06/2022

Chaves
Conceição de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado

HENRIQUE PIRES
para relatar.

Em 22/06/22

Presidente da Comissão de Constituição
e Justiça

HP
Antônio Henrique de Carvalho Pires
Presidente da CCI

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

**PARECER DO RELATOR DEPUTADO HENRIQUE PIRES A
MENSAGEM Nº 45/GG - PROJETO DE LEI Nº 24, DE 14 DE JUNHO DE
2022. DE AUTORIA DA NOBRE GOVERNADORA DO ESTADO DO
PIAUÍ.**

**EMENTA: Altera a Lei nº 5. 860, de 1º de fevereiro
de 2009.**

I. RELATÓRIO

Encaminhado a esta relatoria nos termos do arts. 132, 133 e seguintes e 137 do Regimento Interno a presente proposição para emissão de parecer técnico, conforme dispõe os arts. 30 e 34, inciso I, e 59 a 63 do mesmo diploma legal.

O Presente PROJETO DE LEI de autoria da Nobre Governadora do Estado do Piauí, através da MSG GG nº 45/2022, **tem como objetivo alterar a Lei nº 5.860, de 1º de fevereiro de 2009.**

Apresenta como justificativa o interesse público ao propiciar a continuidade de serviço público considerado essencial, transporte alternativo de passageiros, sem restringir direitos.

Dessa forma, defende que desde que não signifique delegação a terceiro mediante nova contratação, é possível a proteção intertemporal do serviço público mediante prorrogação de prazo de contrato que tenha se originado de licitação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Em síntese, o projeto pretende a prorrogação, por prazo estipulado (10 anos), das permissões para a realização do serviço de transporte alternativo intermunicipal de passageiros, oriundas de concorrência pública anterior a presente Lei, nos termos que estabelece.

Seguindo o que determina o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, a proposição seguiu para análise desta Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Ressalte-se que, trata-se de pré-projeto bem elaborado e consoante às normas hierarquicamente superiores, bem como os princípios norteadores do Estado Democrático de Direito. Ao aprofundar o exame da proposição, pontuo que a matéria é de extrema relevância e necessária.

Eis o relatório.

II. VOTO DO RELATOR

Sendo assim, passo a emitir parecer em consonância com o artigo 62, IV do Regimento Interno da Casa. Conforme previsão regimental, mais especificamente disposta nos artigos 59, 61, 137 e 139 do Regimento Interno desta Casa, o parecer apreciador da matéria deve obedecer a exigências intrínsecas e indispensáveis à edição de norma, dentre as quais a verificação da constitucionalidade, vício de iniciativa, competência dentre outras.

O referido projeto visa alterar a Lei nº 5.860, de 1º de fevereiro de 2009, para, em síntese, prorrogar, por prazo estipulado (10 anos), as permissões para a realização do serviço de transporte alternativo intermunicipal de passageiros, oriundas de concorrência pública anterior a presente Lei, nos termos que estabelece.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

A função Legislativa ora analisada se enquadra no rol do art. 96, I, "b" e art. 105, III, do Regimento Interno, bem como no art. 75 e seus parágrafos da Constituição Estadual.

Ao aprofundar o exame da proposição verifico que, este projeto de Lei não encontra óbice quanto as matérias privativas constantes no art. 22 da CF/88.

Em tempo, o art. 175 da Constituição Federal de 1988, prevê a possibilidade em questão, uma vez que como destacado, não se trata de nova concessão, mas de prorrogação das já vigentes apenas até a realização dos estudos e atos necessários a realização das licitações que as substituirão:

Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

Parágrafo único. A lei disporá sobre:

I - o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;

Acrescente-se ainda o caráter essencial e ininterrupto do serviço em apreço, transporte intermunicipal de cidadãos.

Por fim, vale ressaltar que a análise a nível de Comissão de Constituição e Justiça, não se alonga por critérios de conveniência, mérito ou mesmo oportunidade nas proposições a ela submetidas, mas tão somente à eventual existência de óbices de natureza inconstitucional, antijurídica, vícios de iniciativa e até mesmo de técnica na edição de normas, ficando a cargo das comissões especiais a verificação daqueles critérios.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Por todo o exposto, observando a grande importância da proposição e a boa técnica legislativa da proposição sob exame, **manifesto-me favoravelmente à aprovação da MENSAGEM Nº 45/GG - PROJETO DE LEI Nº 24, DE 14 DE JUNHO DE 2022.**

III. PARECER DA COMISSÃO

Em discussão, em votação:

☒ Aprovação.

☐ Rejeição.

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 29 de Junho de 2022.


DEP. HENRIQUE PIRES

RELATOR

*Nota Contraria
Dep B. Se*

